

Um exame da economia solidária¹

An examination of solidarity economy

André Ricardo de Souza²

anrisouza@uol.com.br

Resumo. O conjunto de empreendimentos econômicos com inspiração autogestionária vem sendo chamado no Brasil de economia solidária desde meados da década de 1990. Surgiu como uma forma de reação popular ao desemprego. Junto com os membros de diversas entidades de apoio, os trabalhadores integrantes dos empreendimentos chamados solidários formam um movimento cuja organização se dá através de plenárias, feiras, redes e fóruns. A economia solidária também se tornou uma política pública federal, implementada pelo Ministério do Trabalho. Levantamentos públicos nacionais mostraram, entretanto, significativo grau de precariedade dos empreendimentos solidários apurados. A partir desses dados e também de resultados investigativos disponíveis em referências bibliográficas consultadas, este artigo discute o confronto entre o projeto político e a realidade empírica da economia solidária.

Palavras-chave: economia solidária, política pública, movimentos sociais.

Abstract. The set of economic enterprises that have a self-management inspiration has been called solidarity economy since the middle of the nineties in Brazil. It has emerged as a kind of popular reaction against unemployment. Along with members of various supporting entities, workers of so called solidarity enterprises have established a movement organized through meetings, fairs, networks and forums. The solidarity economy has also become a federal public policy implemented by the Labor Ministry. However, public national surveys have pointed out a considerable level of precariousness and vulnerability in the solidarity enterprises that have been surveyed. Based on those data and also on available research results in the specific literature, this article discusses the comparison between the political project and the empirical reality of the solidarity economy.

Key words: solidarity economy, public policy, social movements.

Introdução

Economia solidária é o termo que vem sendo empregado para designar e identificar politicamente uma variedade de iniciativas coletivistas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito balizadas por princípios idealmente igualitários e democráticos. Tal universo abrange cooperativas, empresas recuperadas ou em reabilitação de processos falimentares, pequenos empreendimentos

comunitários (pré-cooperativas), associações locais de troca de mercadorias e serviços através do uso de uma moeda própria e práticas de venda, até internacional, de produtos desses empreendimentos alternativos em algo chamado “comércio justo”. Esse conjunto de iniciativas, denominado às vezes trabalho associado ou “novo cooperativismo”, decorre da dinâmica atual de acumulação flexível do capitalismo mundial, marcado pela redução de custos, bem como pela informalização e pre-

¹ Texto baseado em resultados de pesquisa feita com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

² Universidade Federal de São Carlos. Rodovia Washington Luiz, km 235, Monjolinho, 13565-905, São Carlos, SP, Brasil.

carização das relações e condições de trabalho. Nesse contexto, da década de 1990, as experiências com pretensão igualitária e democrática de trabalho e renda despontaram no universo de políticas públicas.

Diante do desemprego estrutural, a atividade econômica associativa foi vislumbrada como uma alternativa. Esse conjunto heterogêneo de iniciativas recebe diferentes nomes que aludem a uma “outra economia”: economia social, economia do trabalho, economia popular e economia solidária. Trata-se em essência de um tipo de resposta à exclusão do mercado de trabalho, visto ainda pela maioria dos trabalhadores engajados como algo temporário até que um emprego formal surja ou reapareça. Através dos chamados empreendimentos solidários, trabalhadores desempregados e marginalizados vêm obtendo um meio de sustento e parecem redefinir suas identidades sociais. Destacadamente no discurso militante, tal construção identitária se baseia na recuperação dos princípios do cooperativismo pioneiro e europeu do século XIX – principalmente a autogestão – e no desenvolvimento de uma “cultura solidária” (Oliveira, 2006).

Um dos antecedentes importantes da economia solidária foi a fundação de uma cooperativa de consumo de operários têxteis na cidade britânica de Rochdale, próxima a Manchester, em 1844. Tal iniciativa marcou o início do cooperativismo moderno, com diretrizes de organização definidas³. A partir daquela empreitada surgiram outras cooperativas de diversos segmentos, impulsionando um processo que culminou na criação da Aliança Cooperativa Internacional em 1895. Embora originário do movimento operário e combativo à exploração capitalista, o cooperativismo se difundiu pelo mundo ao longo do século XX com feições empresariais convencionais, caracterizadas pela heterogestão. Ou seja, predominaram as cooperativas com poucos sócios proprietários e muitos trabalhadores empregados. Tal modo de desenvolvimento concretizou a tese segundo a qual as cooperativas precisam crescer para se viabilizarem economicamente, mas, ao fazerem isso, ine-

vitavelmente, se degeneram (Webb e Webb, 1914; Bernstein, 1961; Luxemburgo, 1986). Eis o dilema das cooperativas: crescerem em quantidade de trabalhadores envolvidos, porém fazendo-se e preservando-se igualitárias e democráticas (autogestionárias).

A principal experiência cooperativista no século XX foi a Corporação Cooperativa de Mondragón, iniciada em 1956 na cidade basca homônima, ao norte da Espanha, por iniciativa do padre católico José Arizmendiarrreta. A partir de ex-alunos de uma escola técnica e da mobilização comunitária, o sacerdote liderou a aquisição de uma fábrica de fogões falida. Logo, outras cooperativas foram organizadas e integradas, de modo que a corporação se tornou uma das maiores produtoras espanholas de eletrodomésticos de linha branca e de carcerias de ônibus (Whyte e Whyte, 1988). O complexo de Mondragón se expandiu para outros países, vindo a envolver atualmente mais de 50 mil trabalhadores. Sua estrutura é vista, por um lado, como burocraticamente verticalizada, semelhante, em grande medida, à de outra empresa multinacional qualquer (Kasmir, 1996). Por outro lado, Mondragón é vista como uma experiência democrática e positivamente inovadora (Azevedo e Gitahy, 2010).

No Brasil, o cooperativismo chegou no início do século XX, trazido por imigrantes europeus. As primeiras cooperativas assumiram as formas de consumo, nas cidades, e agrícolas, no meio rural. As de consumo eram constituídas por empregados de empresas buscando se defender dos altos preços do mercado varejista. Tais cooperativas foram gradativamente substituídas por hipermercados. Já as agrícolas se expandiram, vindo em maioria a se transformarem em grandes empresas dos setores agroindustrial e comercial, vinculadas à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

Nos anos de 1950, 1960 e posteriormente 1980, houve no Brasil algumas experiências cooperativistas populares, formadas por moradores de periferias urbanas, sustentadas por setores da Igreja Católica (Souza, 2006). Mas foi somente na década de 1990, quando surgiram empresas industriais com inspiração

³ Eis os oito princípios adotados e que seriam reconhecidos como universais no cooperativismo: (i) nas decisões, cada membro teria direito a um voto, independentemente de quanto tivesse investido na cooperativa; (ii) o número de membros era aberto, para que novos sócios pudessem ser integrados; (iii) sobre o capital emprestado, a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; (iv) o excedente seria dividido entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; (v) as vendas feitas seriam sempre à vista; (vi) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros, isto é, não adulterados; (vii) haveria empenho na educação cooperativista; (viii) a cooperativa seria neutra em questões religiosas e políticas.

autogestionária, no contexto de elevado desemprego, que a expressão *economia solidária* se difundiu. A primeira dessas unidades fabris surgiu em 1991, quando os empregados da fábrica de calçados Makerli, da cidade paulista de Franca, decidiram assumir a direção da empresa, dado que o término de suas atividades eliminaria mais de 400 postos de trabalho diretos. Junto com o Sindicato dos Trabalhadores Calçadistas local, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), eles buscaram o apoio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) para assumir aquele projeto. Reunindo integrantes de experiências semelhantes em um primeiro encontro nacional, foi criada em 1994 a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG)⁴. No âmbito dos desdobramentos da Campanha contra a Fome e a Miséria, essa entidade recebeu incentivo do falecido sociólogo Herbert de Souza, Betinho, e seu Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (Nakano, 2000; Valle, 2002). Mas em 2011, devido a problemas financeiros, a ANTEAG se viu incapaz de evitar a própria falência.

O apoio aos pequenos empreendimentos econômicos coletivistas foi dado também desde o início do movimento por outras organizações não governamentais cariocas, que ajudaram a formar em 1995 o Fórum do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro. Lideraram essa empreitada o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) e a Federação dos Órgãos de Assistência Social – FASE (Tiriba, 2000; Quintela e Arruda, 2000).

No âmbito da Igreja Católica, já no início da década de 80, haviam sido formados pequenos empreendimentos solidários nomeados Projetos Alternativos Comunitários. Apoiados pela Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esses grupos produtivos se desenvolveram principalmente no Rio Grande do Sul, onde constituíram em 1996 um “fórum estadual de economia popular solidária” (Gaiger, 2000). Na cidade gaúcha de Santa Maria, um projeto vinculado à diocese local abrange mais de 200 grupos de produtores (de maioria rural), envolvendo cerca de 4 mil pessoas. Eles vêm realizando desde 1993 uma feira que se tornou referência até internacional do movimento de economia

solidária (Gaiger, 2000; Bertucci e Silva, 2003; Souza, 2006, p. 93-109; Sarria e Freitas, 2006).

Em 1997, a Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), fundada no ano anterior, constituiu um núcleo voltado para a economia solidária. Esse grupo promoveria pesquisas sobre essa temática e também a criação em 1998 de uma rede universitária de incubadoras de cooperativas populares, com a primeira unidade formada na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tal articulação contou com o apoio do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), ligada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (Guimarães, 2000). Esta rede soma atualmente mais de 40 incubadoras universitárias.

O que vem sendo chamado de economia solidária também se desenvolveu a partir do apoio do movimento sindical ligado à CUT. Em 1998, a central sindical passou a aprofundar o debate a respeito de cooperativas e autogestão. Com o apoio da UNITRABALHO, do DIEESE e da holandesa Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), a CUT instituiu em 1999 a Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS (Magalhães e Todeschini, 2000). No mesmo ano, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC Paulista concluiu seu terceiro congresso com a criação da União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo – UNISOL (Oda, 2000). Esse importante engajamento cutista ainda não significa o término das divergências de seus sindicalistas sobre o cooperativismo como opção legítima ou mera precarização de trabalho. Por outro lado, o crescimento dessas entidades ligadas ao sindicalismo, ADS e UNISOL, pode ser considerado um dos fatores que levavam ao fim da concorrente nesse mesmo campo de atuação: ANTEAG.

Voltando ao processo histórico da economia solidária no Brasil, um impulso significativo às suas experiências foi dado no Rio Grande do Sul, com o governo petista de Olívio Dutra em 1999. Foi criada a Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI), à qual coube implementar uma política específica de economia solidária. Aquele órgão estabeleceu intercâmbios internacionais, sobretudo com a Secretaria de Economia Soli-

⁴ O modelo seguido foi o norte-americano *Employee Stock Ownership Plans* (ESOPs), plano criado nos anos 80 para transferir parte do capital das empresas para seus empregados.

dária, ligada ao Ministério do Trabalho e Coesão Social da França, que funcionou durante o governo do primeiro ministro Lionel Jospin (1997-2002). Além de apoiar as feiras estaduais “solidárias”, sobretudo a de Santa Maria, a SEDAI estabeleceu significativas parcerias com ANTEAG e ADS.

Durante o primeiro Fórum Social Mundial em 2001, aconteceu uma articulação de entidades e redes nacionais ligadas à temática da economia solidária. Faziam parte de tal grupo as entidades: IBASE, UNITRABALHO, ANTEAG, PACS, FASE, ADS-CUT, Rede de Incubadoras Universitárias, Cáritas Brasileira, Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES), UNISOL, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (CONCRAB-MST), Associação Brasileira de Instituições de Microcrédito (ABICRED). Compunham o grupo também alguns técnicos de órgãos públicos que vieram a constituir a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Tal mobilização se tornaria frutífera, gerando a criação de uma política pública nacional de economia solidária.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2002 abriu novos horizontes. O movimento, que já contava com alguns fóruns locais e regionais, passou a se organizar nacionalmente, procurando abranger todas as unidades da Federação. Organizou em São Paulo uma primeira plenária nacional em dezembro daquele ano. Em janeiro seguinte, foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, que seria coordenada pelo economista da Universidade de São Paulo, Paul Singer. A partir de fóruns, bem como grupos locais e regionais, houve reuniões preparatórias em 17 unidades da Federação, nas quais representantes foram delegados para participar em junho de 2003 de uma terceira plenária nacional em Brasília. Nesse encontro, foi instituído o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que seria o interlocutor do movimento com a SENAES, então já instalada. Oficializando tal intermediação, a partir do FBES, foi instituído um Conselho Nacional de Economia Solidária, com representantes eleitos dos trabalhadores envolvidos e das entidades de apoio.

Observa-se que a economia solidária se desenvolveu ao longo da segunda metade dos anos 90 e início da década seguinte a partir de diversas experiências existentes em partes dis-

tintas do país. Tais iniciativas foram gradativamente se aglutinando através de feiras, fóruns e eventos afins, de modo a se constituir um movimento nacional. A organização de tal movimento fez surgir em 2003 um órgão público federal específico: a SENAES. Eis uma trajetória bem-sucedida e relativamente rápida, em face do surgimento de políticas públicas e respectivas secretarias nacionais para os negros e as mulheres, por exemplo.

A demarcação da economia solidária e o referencial teórico

Os ativistas do movimento da economia solidária procuram discursivamente marcar diferença, até de modo antagônico, em relação a outros conjuntos sociais, que, às vezes, também fazem uso do termo “autogestão”. Trata-se principalmente do cooperativismo de grande porte, corporativo e organizado pela OCB. Diz respeito também às cooperativas de serviço oriundas dos processos de terceirização e subcontratação de mão de obra, marcadas pela precarização das relações de trabalho e alcunhadas de “cooperfraudes”. Refere-se ainda ao bastante amplo e heterogêneo universo das ONGs integrantes do terceiro setor. Os militantes da economia solidária vêm constituindo discursiva, simbólica e institucionalmente o que Pierre Bourdieu (1974) denomina campo social. Isso implica delimitar o que é distinto e até contrário à economia solidária. Esse “campo solidário” é apontado, portanto, como algo distinto e autônomo, tanto do cooperativismo corporativo tradicional, quanto do cooperativismo dito fraudulento e também do terceiro setor.

O movimento da economia solidária, cuja bandeira é a autogestão em termos de atividade econômica, vem sendo construído através de reuniões e eventos que afirmam valores para além da atividade econômica em si, ligados à ideia de democratização da sociedade. Por outro lado, a economia solidária também denomina departamentos, secretarias e órgãos de governos municipais, estaduais e até federal, tornando-se uma política pública nacional. Seus adeptos vêm fazendo uma disputa semântica em torno das palavras *cooperativismo* e *autogestão*. Esta última, principalmente, está presente em documentos de instituições relevantes, desde a opositora OCB até as “orgânicas” ADS e UNISOL, que representam politicamente de modo direto os empreendimentos coletivistas com mais relevância econômica nesse campo solidário.

A disputa ou demarcação da fronteira do campo da economia solidária quanto ao termo *cooperativismo* se dá mais em relação às cooperativas decorrentes de processos de terceirização. A diferença aí é menos clara e mais controversa do que em relação às grandes cooperativas ligadas à OCB. As cooperativas formadas a partir do Estado, ou de grandes empresas para reduzir seus custos trabalhistas, não se preocupam com aspectos ideológicos, voltando-se exclusivamente para a atividade econômica, de modo pragmático (Lima, 2007). Tais cooperativas vêm sendo alvo de denúncias e ações judiciais por parte do Ministério Público do Trabalho. Em contraposição a elas, que seriam cooperativas fraudulentas, “pseudocooperativas”, “cooper-fraudes” ou “cooper-gatos”, estariam aquelas do campo da economia solidária, tidas como cooperativas “autênticas”⁵.

Grande parte das cooperativas e demais formas de empreendimentos de economia solidária surgem e prosseguem com apoio financeiro, técnico e político de órgãos públicos, igrejas, universidades, sindicatos e ONGs. Estas últimas compõem o universo bem mais amplo e heterogêneo do terceiro setor. Embora este outro campo seja visto por muitos militantes da autogestão como algo funcional ou paliativo à exploração capitalista, o fato é que grande parte dos empreendimentos solidários são formados e se mantêm com o apoio do terceiro setor, havendo efetivamente um contínuo entre ele e a economia solidária. Em parte da Europa, economia solidária e terceiro setor são tratados como um só fenômeno, chamado economia social, que abrange um universo empírico bem mais amplo e heterogêneo que o da economia solidária, composta apenas por iniciativas econômicas coletivistas de produção, consumo e crédito (Defourny *et al.*, 1997; Chaves, 1998; Wautier, 2003; Monzón 2006). Na América Latina, muitos autores vinculados à Rede de Investigadores Latino-Americanos de Economia Social e Solidária (RILESS) empregam a expressão “economia social e solidária”. Este artigo visa à abordagem exclusiva da economia solidária.

A partir dessa ponderação sobre a economia social, adentremos na questão do referencial teórico da economia solidária, envolvendo a visão pluralista que se tem sobre ela e também sua condição como objeto de investigação (Leite, 2009). Um modo de encará-la se caracteriza pela rejeição da explicação da ação econômica apenas pelo interesse individual, considerando o valor da dádiva e da reciprocidade nas relações sociais que são também econômicas (Mauss, 1988; Caillé, 1998). Nessa perspectiva, vislumbra-se a possibilidade de democratização da economia, que é plural, bem como a promoção de vínculos sociais geradores de ajuda mútua, isto é, de solidariedade a partir da proximidade entre as pessoas (Polanyi, 2000; Laville, 2006).

Uma outra chave interpretativa da economia, para além da perspectiva liberal, considera as unidades domésticas e também o trabalho por conta própria como algo relevante, dada a produção de bens e serviços, que são consumidos pelas famílias sem se envolverem tanto na circulação do mercado. Tais atividades, próprias de uma economia “doméstica” e “do trabalho”, abrangem setores como limpeza, cozinha, cuidado de crianças, cultivo de hortas, confecção de vestuário e produção de móveis para a própria unidade doméstica. Quando os indivíduos engajados em tais atividades se juntam e se organizam democraticamente, suas iniciativas ganham feições de economia solidária (Coraggio, 2000).

Por fim, além do paradigma da dádiva e da economia do trabalho, a terceira referência teórica para o movimento da economia solidária no Brasil a aponta como algo contrário à exploração capitalista, constituindo-se como o germe de um outro modo de produção, cerne de uma “economia socialista” (Singer e Machado, 2000). Nesta perspectiva, que remonta aos ativistas e autores clássicos do socialismo utópico⁶, os empreendimentos econômicos solidários seriam “implantes socialistas” em uma sociedade esma-

⁵ Embora haja também cooperativas de economia solidária enfrentando problemas com o Ministério Público do Trabalho; daí o debate vigente entre ativistas sobre a criação de um “novo marco legal”.

⁶ O primeiro e maior deles foi o inglês Robert Owen, dono de um grande complexo industrial têxtil na cidade britânica de New Lanark e fundador de uma “aldeia cooperativa” em 1825, em New Harmony (Estados Unidos). Seu seguidor e compatriota, o médico William King, tentou organizar uma comunidade owenista, mas acabou formando um armazém cooperativo em 1827. Outro owenista foi Philippe Buchez, militante católico, que se destacou pela fundação da primeira cooperativa de produção francesa em 1831. Os outros ideólogos franceses da autogestão relevantes são: François Fourier, Saint-Simon, Louis Blanc, Joseph Proudhon e Charles Gide. Considerados precursores do movimento cooperativista, esses pensadores se dedicaram à questão da mudança social abrangente e são considerados clássicos do anarquismo e do socialismo utópico (Buber, 1945).

gadoramente capitalista. Por este enfoque, as cooperativas guiadas pelos princípios igualitários e democráticos da autogestão constituem a essência da proposta da economia solidária (Singer, 1998, 2000, 2002a, 2002b). Não por acaso, o principal autor desta vertente teórica, assim como líder do movimento da economia solidária no país e também gestor desta política pública nacional, é Paul Singer (Souza *et al.*, 2003).

O universo empírico analisado

Da reflexão teórica à verificação empírica dos empreendimentos econômicos solidários é preciso fazer um recorte nada simples, uma vez que a realidade concreta é permeada de contradições, promiscuidades, amalgamentos e embaralhamentos que dificultam o claro e firme delineamento do que é ou não economia solidária. Os pesquisadores que se debruçam sobre esse universo empírico heterogêneo e pantanoso enfrentam a dificuldade de tipificá-lo. Se a busca dessa verificação fica também a cargo de ativistas, a dificuldade de diagnóstico se torna ainda maior. Foi o que ocorreu quando a SENAES – em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e contando com o trabalho de militantes do FBES – conduziu um mapeamento dos empreendimentos considerados solidários no Brasil⁷. Esta ação de identificar e registrar junto com os próprios ativistas do movimento, inevitavelmente, implicou certa delimitação ideológica do objeto pesquisado, acarretando algumas limitações científicas no resultado da investigação quanto à demarcação precisa, conforme critérios claros, do que compõe ou não a economia solidária. Feita a ressalva, passemos aos dados oriundos do mapeamento nacional de economia solidária.

Os levantamentos feitos entre 2004 e 2007, próprios desse mapeamento nacional, mostraram que havia 1.687.496 pessoas engajadas em empreendimentos definidos como de economia solidária. A grande maioria das 21.859 unidades produtivas

encontradas praticamente se enquadrava naquilo que a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD-IBGE) designa como “trabalho por conta própria informal”⁸. Ou seja, estavam distribuídos em 88% de associações e grupos informais, sendo o restante 10% de cooperativas e 2% de outras formas de organização formal (microempresa e associações coletivamente geridas). Em termos do tipo de atividade econômica, a predominância era da agropecuária, com 64%, estando as atividades urbanas (serviços, alimentação, têxtil e artesanato) em segundo plano, com 36%. Chamou atenção a prevalência rural e o número bastante reduzido de cooperativas formalmente instituídas.

Entre os empreendimentos econômicos levantados, a proporção dos pequenos, com até 10 integrantes, era igual à dos maiores, com mais de 50 membros: 25%. Em termos de propriedade da sede ou local de funcionamento da atividade econômica, a proporção dos que declararam “própria” (41%) era praticamente a mesma dos que responderam “cedida ou emprestada”, o que denota certa vulnerabilidade. A maioria das unidades (61%) afirmou não ter feito investimentos nos 12 meses antecedentes à pesquisa, assim como 52% não havia tido acesso a crédito ou financiamento. Por outro lado, 73% contava com algum tipo de apoio, assessoria ou capacitação externa. Estes podem ser chamados de aspectos superficiais do levantamento. Vejamos os dados que tocam mais profundamente a realidade desse universo.

Na questão sobre a remuneração dos sócios, apenas 12.965 empreendimentos (59%) informaram o valor. Desses, nada menos que 68% geravam renda individual mensal de até 1 salário mínimo nacional (SMN) e apenas 10% acima de 2 SMNs⁹. Outra informação reveladora: a maioria das unidades econômicas mapeadas (56%) não propiciava benefícios, garantias e direitos para seus sócios que são também trabalhadores membros

⁷ O mapeamento envolveu mais de 200 entidades de apoio, entre universidades e ONGs, e cerca de 600 técnicos e entrevistadores. Os dados reunidos fazem parte do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) e estão disponíveis em www.sies.mte.gov.br.

⁸ Conforme o IBGE, o trabalhador por conta própria informal é aquele que trabalha individualmente ou contando com até cinco empregados. Embora sem a figura do empregador, muitos empreendimentos solidários são pequenos, aproximando-se dessa definição de trabalho por conta informal.

⁹ O valor de referência é 380 reais, correspondente ao SMN de 2007.

(SIES, 2007)¹⁰. Tais dados ressaltam a precariedade dessas iniciativas, se comparadas às empresas formalizadas, nas quais os trabalhadores contam com registro em carteira de trabalho e decorrentes direitos trabalhistas assegurados. Embora os empregos formais venham aumentando gradativamente no Brasil desde 2004, há ainda um grande contingente de pessoas engajadas em empregos informais, portanto, desprovidas de amparo legal.

Grande parte dos empreendimentos econômicos solidários ainda é marcada pela dependência de apoio e de recursos externos, provenientes de órgãos públicos, ONGs, entidades sindicais, universitárias e eclesiais. Também em maioria apresentam: defasagem e deficiências tecnológicas – sobretudo nas chamadas fábricas recuperadas –, descapitalização e escassez de recursos, relativa baixa qualificação profissional dos associados e uso intensivo e exaustivo da mão de obra envolvida (Vieitez e Dal Ri, 2001). Dado o baixo desenvolvimento tecnológico, essas unidades econômicas costumam ter sua produtividade comprometida, consequentemente gerando produtos mais caros e, portanto, limitados excedentes¹¹. Essas deficiências, somadas à não garantia de efetivação dos direitos cooperativos, em substituição aos trabalhistas, fazem com que o engajamento nesses empreendimentos coletivistas seja visto como algo temporário, próprio de momentos de crise econômica (Cornforth e Thomas, 1990).

Um considerável problema ainda nas iniciativas produtivas de economia solidária é o da “desincubação” delas, isto é, o rompimento da condição de dependência em relação a uma entidade externa, responsável por sua formação. Muitos desses empreendimentos, de fato, não conseguem caminhar com as próprias pernas, ou seja, conquistar espaço no mercado disputado. Daí o debate sobre a necessidade de empreendedorismo nas iniciativas de economia solidária (Gaiger, 2008). Por outro lado,

falta ainda uma coesão em torno do propósito coletivista da empreitada. Em grande medida, o engajamento nesses grupos de atividade econômica não é associado à ideia de autonomia, mas sim de uma alternativa de trabalho apenas provisória. A noção de autonomia em termos de trabalho ainda é muito ligada à atividade individual por contra própria.

Ainda são poucos os casos em que esses empreendimentos se originam da vontade e da iniciativa da maioria dos trabalhadores que os integram. Surgem principalmente da mobilização promovida por agentes externos junto com algumas lideranças do futuro empreendimento. Esse processo costuma gerar uma divisão entre o grupo de trabalhadores com valores coletivistas internalizados e o outro que vê a atividade meramente como alternativa provisória de ocupação; afinal, o registro em carteira de trabalho ainda tem um grande valor social. Estes trabalhadores questionam muitas vezes as vantagens da propriedade de um empreendimento considerado frágil e também da participação coletiva em processos decisórios. Ainda veem sua atividade mais como uma alternativa ao desemprego, ou única opção disponível, do que como uma conquista ou projeto de caráter político¹². Guiados pela ideia de provisoriidade, eles têm uma visão pragmática da sua condição específica e da vida em sociedade. O embate entre esses dois modos diferentes de encarar o empreendimento coletivo, o militante e o pragmático, dificulta seu desenvolvimento. Em meio a esse quadro, conforme pesquisas feitas (Lima, 2009; Leite, 2009), a emancipação através do trabalho ainda aparece mais no imaginário de ativistas do que no do conjunto de trabalhadores envolvidos.

As pessoas engajadas nos empreendimentos coletivistas têm como herança cultural, por um lado, a referência de subordinação da sociedade salarial, que propugna a condição de empregado, e, por outro, a de pretensa autonomia do individualismo liberal, baseada na

¹⁰ Embora as cooperativas de trabalhadores não garantam os direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seus membros são obrigados a recolher a contribuição individual junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e deveriam fazer uso de fundos cooperativos internos adequados ao gozo de férias e retiradas adicionais (em substituição ao 13º salário), entre outros benefícios.

¹¹ Seguindo a terminologia das cooperativas, não há lucro nem salário, mas sim sobras e retiradas. Como os trabalhadores precisam reinvestir parte dos pequenos ganhos obtidos para que seus empreendimentos sobrevivam, as retiradas são pressionadas para baixo. Além disso, há sempre o problema da necessidade de remunerar devidamente o sócio que decide deixar o grupo e o que isso acarreta para o empreendimento.

¹² Muitos integrantes de fábricas recuperadas, sobretudo aqueles com mais de 40 anos de idade e menos chances de reinserção no mercado de trabalho, se veem condicionados a permanecer nelas para tentar receber valores referentes a salários atrasados e indenizações.

ideia de empreendedor individual. Os empreendimentos solidários formam um movimento ainda bastante minoritário e frágil. Por isso mesmo, seus integrantes costumam assumir posturas ambíguas sobre as atividades que exercem. Muitas vezes, ainda, as perspectivas ideológicas da economia solidária estão presentes apenas nos agentes externos, os ativistas de ONGs, órgãos públicos e entidades universitárias, sindicais e eclesiais (Lima, 2009).

Há nos empreendimentos solidários outro problema significativo que é o da permanência de sócios em órgãos administrativos, distanciados daqueles engajados na atividade produtiva propriamente dita, o “chão de fábrica”. Essa burocratização hierárquica, apontada como inexorável do capitalismo (Weber, 2004), expressa a contradição entre o discurso autogestionário e a prática efetiva de heterogestão, como cancelaram os teóricos da “degenerescência do cooperativismo” (Webb e Webb, 1914; Bernstein, 1961; Luxemburgo, 1986)¹³.

Para alguns autores, como Quijano (2002), a economia solidária seria ainda mais uma declaração de intenções do que uma prática política importante. De fato, a política pública nacional conduzida pela SENAES ainda é limitada, uma vez que esse órgão é relativamente pequeno e conta com recursos modestos. Embora a Secretaria se desdobre em parcerias com outros órgãos do governo federal e até de outros países (Singer, 2006), a economia solidária não se tornou, ao menos por enquanto, uma política transversal de destaque no governo brasileiro.

Alguns críticos da proposta de economia solidária dizem que ela está presente em setores desprezados pelo grande capital, sendo composta por “catadores de lixo do capitalismo”, daí sua debilidade econômica. Costumam afirmar também que a ideia de autogestão contribui consideravelmente para desonerar empresas dos custos e das implicações administrativas da gestão da força de trabalho, algo que a tornaria uma espécie de engrenagem da estrutura de exploração capitalista. Assim como o terceiro setor, a economia solidária seria uma espécie de paliativo à reprodução liberal de desigualdade social.

Nessa perspectiva ainda, o cooperativismo popular seria apenas uma faceta da exploração do trabalho vigente, algo que propiciaria a aceitação passiva da erosão dos direitos sociais do trabalho. O discurso da economia solidária, nesta chave interpretativa, estaria combinado com uma subestimação, embora dissimulada, do papel do Estado nas mudanças sociais. Relacionado com a informalidade e a precarização do trabalho, esse seria enfim um “campo de pesquisa muito ideologizado” (Menezes, 2007; Alves e Tavares, 2006; Georges, 2009).

Nesta vertente analítica, o que às vezes se escreve com letra maiúscula – Economia Solidária – deveria ser redigido com minúsculas e entre aspas: “economia solidária”. É interessante notar a atribuição de importância aos termos expressa no modo como eles são grafados. Economia solidária é uma designação ideológica na qual o conceito de autogestão, alimentado discursivamente, é muito mais caro do que o de cooperativismo, historicamente desgastado. Fazer parte da economia solidária, ser classificado como tal, é uma *questão política*. Neste sentido, é considerável a fragilidade da SENAES face à força do cooperativismo tradicional, representado pela OCB, que conta com um braço próprio do Sistema “S”¹⁴ e o apoio maciço do Ministério da Agricultura.

É notória a participação feminina nos empreendimentos de economia solidária. De toda a mão de obra envolvida, 37% é composta por mulheres, mas enquanto 9% das unidades produtivas são formadas exclusivamente por homens, tal proporção é dobrada (18%) no caso das mulheres, conforme o mapeamento nacional feito entre 2004 e 2007. A presença feminina, no entanto, traz consigo as marcas da tradicional divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres sobremaneira as atividades relacionadas ao universo privado e doméstico, tais como cozinha, costura e limpeza. O trabalho feminino nesses empreendimentos, conforme apontam algumas pesquisadoras, é mais ligado à reprodução da vida do que à produção econômica propriamente dita. Tem menos valor, tanto cultural quanto econômico, e por isso ocupa posição social subalterna, expressando a subordinação das mulheres (Hirata e

¹³ Marx (1977) deu atenção ao cooperativismo operário como estratégia de combate ao capitalismo, porém ressaltando o risco de os trabalhadores se autoexplorarem na condição de patrões de si mesmos. Para ele, o cooperativismo só seria eficaz nessa tarefa socialista se fosse organizado diretamente pelo Estado, abrangendo todo o território nacional. No entanto, a experiência iugoslava, sob o comando do Marechal Tito, foi decepcionante.

¹⁴ Trata-se do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que atua de modo semelhante a seus congêneres da indústria e do comércio, as conhecidas siglas SENAI e SENAC.

Kergoat, 2003). Falta ainda, entretanto, um estudo comparativo da condição da mulher nesses empreendimentos com feições solidárias e nos demais, que sejam cotejáveis.

Por outro lado, ainda em relação à questão de gênero, a proposta da economia solidária chega a ser vista como uma oportunidade histórica para uma outra maneira da inserção da mulher na economia (Guérin, 2005). Por esse enfoque, ela possibilita sociabilidade a mulheres de áreas pobres, para além do ambiente familiar ou eclesial, emancipando-as em alguma medida do machismo de alguns maridos. Mesmo pequeno, o rendimento que a atividade econômica propicia é significativo para as mulheres que estão há muito tempo ou desde sempre fora do mercado formal de trabalho. Porém, como os empreendimentos de economia solidária têm que enfrentar de imediato dois grandes desafios: a viabilidade econômica e a vivência da autogestão, a expectativa de que eles apresentem igualdade nas relações de gênero ainda é exagerada. Seria colocar, ao menos neste momento histórico, um peso excessivo sobre os ombros dos homens e das mulheres ativistas dessa proposta. Afinal, é sempre bom lembrar, a desigualdade de gênero é cultural e milenarmente arraigada nas sociedades do planeta.

A economia solidária efetivamente se apresenta como uma alternativa de trabalho para segmentos bastante marginalizados na sociedade: ex-detentos, portadores de deficiências físicas e mentais, coletores de lixo reciclável, pessoas consideradas idosas para o mercado de trabalho, com baixa escolaridade ou limitada qualificação profissional. Embora vista como atividade provisória pela maioria dos trabalhadores envolvidos, para alguns integrantes desses empreendimentos a economia solidária significa rejeição da arbitrariedade de empresas convencionais, sobretudo o desemprego injustificável. Em vez de lucro individual ou restritamente usufruído, ela representa ênfase no trabalho e na socialização de seus resultados.

Algumas teses acadêmicas vêm registrando mudanças comportamentais nos participantes dos empreendimentos com pretensão solidária, sobretudo o aumento da rejeição da figura do patrão e a satisfação com as relações pessoais no ambiente de trabalho (Cortegoso e Lucas, 2008; Andrada, 2009). Nessa abordagem, a economia solidária é vista como proposta educativa em processo de construção e implementação, algo que aponta para uma

compreensão futura do significado político da autogestão. Isso se dá principalmente em relação aos empreendimentos formados no âmbito de movimentos sociais (Guimarães *et al.*, 2006; Gaiger, 2004).

Em termos de coerência de proposta, um aspecto favorável do mapeamento oficial feito pela SENAES é o fato de apenas 2% dos trabalhadores envolvidos nos empreendimentos designados de economia solidária serem empregados, em vez de sócios. Ao menos por esse ângulo, o princípio da autogestão não pode ser questionado, dado que a esmagadora maioria dos integrantes é composta de associados, gozando de uma condição jurídica paritária. Entretanto, nos empreendimentos em que há muitos trabalhadores empregados, sem acesso formal aos processos de tomada de decisão, a autogestão é definitivamente comprometida.

Sobre a periodicidade da assembleia ou reunião geral dos sócios dos empreendimentos, conforme o mapeamento nacional, 48% declararam realizá-la mensalmente, enquanto apenas 2% disseram não fazer tal atividade. Em empreendimentos nada ou pouco preocupados com a autogestão, assembleias gerais ou reuniões periódicas com a presença de todos os integrantes não ocorrem ou então se dão apenas de modo protocolar, sem a presença efetiva do coletivo de trabalhadores. Nota-se uma busca da efetivação dos valores democráticos propalados por esse movimento. O fortalecimento dos laços pessoais, bem como o aumento do conhecimento do processo produtivo e da responsabilidade coletiva propiciam alguma vivência com traços autônomos e comunitários. Está colocada aí a possibilidade de esses empreendimentos e do movimento da economia solidária como um todo construir uma identidade coletiva alicerçada num outro senso de dignidade pessoal, relacionado ao mundo do trabalho, que não mais aquele baseado exclusivamente no emprego subordinado ou na atividade individual por conta própria.

A economia solidária efetivamente tem deficiências e fragilidades, bem como um potencial de mudança cultural e socioeconômica dos indivíduos envolvidos. Com dificuldades objetivas e substanciais, ela aponta para a possibilidade de relações sociais mais equilibradas.

Conclusão

Na discussão sobre economia solidária, muito se fala sobre um cooperativismo tradicional e empresarial em contraposição ao

outro social, com feições autogestionárias, próprio da economia solidária¹⁵. Em uma chave interpretativa, as cooperativas do primeiro tipo seriam pragmáticas, voltadas para o mercado, enquanto as do segundo estariam buscando uma atuação extramercantil. Mas efetivamente os empreendimentos econômicos com ideais solidários procuram fazer valer os valores coletivistas de seus líderes e apoiadores *atuando no mercado*, disputando espaços dele, pois não há como ser diferente. Ou seja, embora ocorram práticas ditas alternativas como “moeda social” e “comércio justo”, o fato é que *não existe atividade econômica significativa fora do mercado*. Apontando para outras formas de desenvolvimento e mesmo de organização da sociedade, de maneira residual, a economia solidária vem sendo praticada no universo amplo, abrangente, adverso e constrangedor do liberalismo econômico. Diante disso, como fica a questão da chamada mudança do modo de produção?

A proposta da economia solidária implica distinção e oposição entre as cooperativas tidas como autênticas e as consideradas fraudulentas, bem como aquelas tradicionalmente corporativas. Os empreendimentos solidários são vistos por seus apoiadores e por parte de seus integrantes como opção à exploração do trabalho, própria da economia capitalista. Estariam então fazendo o embate com a cultura individualista e liberal abrangente. Em outras palavras, os ativistas da economia solidária buscam promover uma contracultura.

Conforme Paul Singer (1998), os empreendimentos de economia solidária constituem modestos implantes socialistas na sociedade esmagadoramente capitalista. Nessa perspectiva, outras iniciativas ditas coletivistas, igualitárias e democráticas – como o orçamento participativo, por exemplo – seriam também insertos socialistas nos interstícios do capitalismo ultradominante. A despeito de apontar ou não para o modo de produção socialista¹⁶, o movimento da economia solidária parece professar princípios que vão além da questão econômica propriamente dita, referentes à democratização da sociedade. Busca formar e

disseminar um tipo diferente de conhecimento e de visão do mundo que, de alguma maneira, provoca quem se dedica à pesquisa científica sobre essa realidade.

Em parte dos empreendimentos denominados de economia solidária ainda há relações hierárquicas e enrijecimento das relações de poder, de modo que, em vez de experiências práticas de autogestão, é mais preciso apontá-los como unidades econômicas *com inspiração autogestionária*. Com isso, parece claro que o empreendimento solidário ou autogestionário seria um tipo ideal weberiano, com qualidades exageradas, para efeito metodológico de investigação. Entre este tipo e uma empresa convencional da economia capitalista há um gradiente que abarca o universo empírico.

Dos empreendimentos levantados pelo mapeamento oficial da economia solidária no país, 51% já existiam no ano 2000, sendo que 11% haviam sido formados antes de 1990. É intrigante a permanência de pessoas neles, mesmo no contexto de crescimento econômico e oferta de empregos, nacionalmente em vigor desde 2004. Isso contraria a premissa de que tais iniciativas se devem exclusivamente ao desemprego elevado. Há outros fatores que motivam trabalhadores a prosseguirem nessas experiências. A economia solidária parece ganhar e preservar adeptos, agentes produtores e apoiadores, especialmente devido à sua lógica de inclusão de trabalhadores, sobretudo aqueles com mais dificuldade de se inserirem no mercado formal de trabalho. Através dessa inclusão, embora árdua e problemática, de alguma maneira se vislumbra um senso de dignidade pessoal e também de identidade coletiva.

O engajamento na economia solidária, inevitavelmente, provoca um embate entre o ideal e o realmente vivido. Envolve apropriação do outro sentido da palavra *utopia*. Em vez de romantismo ou busca delirante de algo inalcançável, seria uma meta distante que, ao ser buscada, já provoca resultados positivos na vida de pessoas acostumadas à marginalização. Embora residual, frágil e heterogênea, a economia solidária é de fato uma realidade socioeconômica. Ou seja, apesar de pequena, tí-

¹⁵ Em termos de legislação, tramitam no Congresso Nacional diferentes projetos de reformulação da Lei do Cooperativismo nº 5764, de 1971, que prevê um número mínimo de 20 cooperados, sem haver ainda uma tendência clara de desfecho.

¹⁶ Embora a noção de socialismo seja vaga e difusa entre os militantes, o fato é que não se trata mais daquele modelo centralmente planejado e burocraticamente conduzido pelo Estado. Nesse sentido, a proposta da economia solidária parece estar contida numa ideia mais recente de economia plural, em que as pessoas possam escolher plenamente entre fazer e não fazer parte dela.

mida e ainda pouco nítida, não se trata de uma miragem. Ao tempo caberá a resposta quanto ao crescimento de sua amplitude e de sua relevância social.

Referências

- ANDRADA, C.F. 2009. O encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre a autogestão das trabalhadoras da Univens. Porto Alegre, Abrapso Sul, 287 p.
- ALVES, M.A.; TAVARES, M.A. 2006. A dupla face da informalidade do trabalho: "autonomia" ou precarização. In: R. ANTUNES (org.), *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo, Boitempo, p. 425-444.
- AZEVEDO, A.B.A.; GITAHY, L. 2010. The Cooperative Movement, self-management, and cooperativeness: the case of Mondragón Corporación Cooperativa. *Working USA: The Journal of Labor and Society*, 13:5-29.
- BERNSTEIN, E. 1961. *Evolutionary socialism: a criticism and an affirmation*. New York, Schocken Books, 224 p.
- BERTUCCI, A. de A.; SILVA, R.M.A. 2003. 20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília, Cáritas Brasileira.
- BOURDIEU, P. 1974. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 361 p.
- BUBER, M. 1945. *O socialismo utópico*. São Paulo, Editora Perspectiva, 202 p.
- CAILLÉ, A. 1998. Nem holismo, nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dívida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13(38):5-38.
- CHAVES, R. 1988. La Economía Social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica. Espanha, CIRIEC, nº 33, p. 115-140.
- CORAGGIO, J.L. 2000. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: G. KRAYCHETE; F. LARA; B. COSTA (orgs.), *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis, Vozes.
- CORNFORTH, C.; THOMAS, A. 1990. Cooperative development barriers: support structures and cultural factors. *Economic and Industrial Democracy*, 11:451-461. <http://dx.doi.org/10.1177/0143831X9001100401>
- CORTEGOSO, A.L.; LUCAS, M.G. 2008. *Psicologia e economia solidária: interfaces e perspectivas*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 268 p.
- DEFOURNY, J.; FAVREAU, L.; LAVILLE, J.-L. (orgs.). 1997. *Inserción y nueva economía social*. CIRIEC – Espanha, Valencia, IUDESCOOP, 390 p.
- GAIGER, L.I. 2000. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA (orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 267-286.
- GAIGER, L.I. (org.). 2004. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 417 p.
- GAIGER, L.I. 2008. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. *Otra Economía*, 2(3):58-72.
- GEORGES, I. 2009. As novas configurações do trabalho: precarização e "economia solidária". In: M. de P. LEITE; Â.M.C. ARAÚJO, *O trabalho reconfigurado: ensaios sobre Brasil e México*. São Paulo, Annablume/Fapesp, p. 174-201.
- GUÉRIN, I. 2005. *As mulheres e a economia solidária*. São Paulo, Loyola, 239 p.
- GUIMARÃES, G. 2000. Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA (orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 111-122.
- GUIMARÃES, V.; KOROSQUE, A.; CORREA, F.Z.M. 2006. Empreendimentos autogeridos em Santa Catarina: uma alternativa democrática à produção. In: V. PICCININI et al. (orgs.), *O mosaico do trabalho*. Porto Alegre, Editora da UFRG, p. 293-324.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. 2003. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: M. MARUANI; H. HIRATA (orgs.), *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Editora SENAC.
- KASMIR, S. 1996. The Myth of Mondragón: cooperatives, politics and working-class life in a Basque town. Albany, State University of New York Press, 243 p.
- LAVILLE, J.-L. 2006. Ação pública e economia: um quadro de análise. In: G. FRANÇA FILHO; J.-L. LAVILLE; A. MEDEIROS; J.-P. MAGNEN (orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 21-38.
- LEITE, M. de P. 2009. A economia solidária e o trabalho associado: teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 4(69):31-51. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092009000100003>
- LIMA, J.C. (org.). 2007. *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo, Annablume, 314 p.
- LUXEMBURGO, R. 1986. *Reforma social ou revolução*. São Paulo, Global, 124 p.
- MAGALHÃES, R.S.; TODESCHINI, R. 2000. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA (orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 135-160.
- MARX, K. 1977. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores, 1864. In: K. MARX; F. ENGELS, *Textos 3*. São Paulo, Edições Sociais.
- MAUSS, M. 1988. *Ensaio sobre a dívida*. Lisboa, Edições 70.
- MENEZES, M.T.C.G. 2007. *Economia solidária: uma crítica marxista*. Rio de Janeiro, Gramma, 250 p.
- MONZÓN, J.L. 2006. Economía Social y conceptos afines: fronteras borrosas y ambigüedades conceptuales del tercer sector. CIRIEC – Espanha, nº 56, p. 9-24.

- NAKANO, M. 2000. Anteag: a autogestão como marca. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA (orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 65-80.
- ODA, N.T. 2000. Sindicato e cooperativismo: os metalúrgicos do ABC e a Unisol Cooperativas. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA (orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 93-110.
- OLIVEIRA, P. de S. 2006. Cultura solidária em cooperativas: projetos coletivos de mudança de vida. São Paulo, Edusp/FAPESP, 155 p.
- POLANYI, K. 2000. *A grande transformação*. Rio de Janeiro, Campus, 306 p.
- QUIJANO, A. 2002. Sistemas alternativos de produção? In: B.S. SANTOS (org.), *Produzir para viver*. São Paulo, Civilização Brasileira, p. 475-510.
- QUINTELA, S.; ARRUDA, M. 2000. Economia a partir do coração. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA (orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 317-333.
- SARRIA ICAZA, A.M.; FREITAS, M. (orgs.). 2006. O Projeto Esperança/Cooesperança e a construção da economia solidária no Brasil: relato de uma experiência. Porto Alegre, Cáritas Brasileira.
- SIES. 2007. *Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária, Secretaria Nacional de Economia Solidária*. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>; acessado em: 01/03/2008.
- SINGER, P. 1998. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis, Vozes, 182 p.
- SINGER, P. 2000. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA (orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 11-30.
- SINGER, P.; MACHADO, J. 2000. *Economia socialista*. São Paulo, Perseu Abramo, 81 p.
- SINGER, P. 2002a. *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 127 p.
- SINGER, P. 2002b. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: B.S. SANTOS (org.), *Produzir para viver*. São Paulo, Civilização Brasileira, p. 81-130.
- SINGER, P. 2006. A experiência brasileira da SENAES. In: G. FRANÇA FILHO; J.-L. LAVILLE; A. MEDEIROS; J.-P. MAGNEN (orgs.), *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, p. 201-206.
- SOUZA, A.R. de. 2006. Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.
- SOUZA, A.R. de; CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y. (orgs.). 2003. *Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária*. São Paulo, Contexto, 320 p.
- TIRIBA, L. 2000. A economia popular no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: P. SINGER; A.R. de SOUZA (orgs.), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p. 221-244.
- VALLE, R. 2002. *Autogestão: o que fazer quando as fábricas fecham?* Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 172 p.
- VIEITEZ, C.; DAL RI, N.M. 2001. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro, DP&A, 151 p.
- WAUTIER, A.M. 2003. Economia social na França. In: A.D. CATTANI (org.), *A outra economia*. Porto Alegre, Veraz Editores, p. 109-115.
- WEBB, S.; WEBB, B. 1914. Co-operative production and profit sharing. *Special Supplement to the New Statesment*, 2.
- WEBER, M. 2004. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 335 p.
- WHYTE, W.F.; WHYTE, K.K. 1988. Making Mondragón: the growth and dynamics of the Worker Cooperative Complex. Ithaca, ILR Press, 335 p.

Submetido: 23/02/2012

Aceito: 11/04/2012